



ATA DA 68ª (SEXAGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora, e local da realização:

Reunião realizada no dia 21 (vinte e um) do mês de maio de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 68ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 14hs às 18h00 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

3 - Assuntos:

3.1 - Acompanhamento do fluxo de caixa e detalhamento das receitas de bilhetagem, outras receitas e despesas

Convidados:

- Gilsa Eva de Souza Costa - DF
- Maria Arlete Vieira da Costa – GFF
- Sérgio Antonio de Paula - DFFA

Documentos disponibilizados:

- Cópia de Bilhete Único 2021.

Bilhete Único

O Sr. Sergio esclareceu que, no Sistema Bilhete Único – BU, os gastos/custos/despesas com a operação e manutenção são rateados pelos participantes do convenio conforme o qualitativo de utilizações. Referente ao 1º Trimestre de 2021 foram apresentados os seguintes dados:

SPTrans	67,05 %
Metrô	15,7%
CPTM	12,6 %

Informou que: a média do trimestre no quantitativo foi de 8,8 % na utilização do BU para a CPTM; em janeiro de 2020 o custo médio por pagante era de R\$ 0,16 (dezesseis centavos de real) passando em 2021 ao custo médio por pagante de R\$ 0,17 (dezessete centavos); com a diminuição da utilização de transporte público, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve diminuição dos custos fixos com pagamentos; a média dos custos fixos do BU gira e torno de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) com uma margem de oscilação aproximada de um mínimo de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) à R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) no máximo; as comissões de recarga são de 46% (quarenta e seis por cento) e; a Central de Atendimento do BU aos usuários é em sua maioria terceirizada, não sendo possível à CPTM conhecer as demandas, necessidades de funcionários e auferir o trabalho neste setor.

Após ser instada pelo CAE, a Sra. Maria Arlete esclareceu que toda a cobrança de custo da administração do BU, tem nota/recibo que respalda as cobranças, expõe que não há como apurar a razão de serem contratadas 8 (oito) ou 10 (dez) pessoas no atendimento do sistema, e afirma que experimenta certa dificuldade de diálogo com a SPTrans para ter acesso aos dados solicitados.

O trabalho executado foi elogiado pelo CAE, e, a Sra. Maria Arlete esclarece que a equipe que elaborou o mesmo é composta apenas por 3 (três) funcionários, e que quem está à frente da elaboração dos custos e comprovação é o Sr. Jader.

No que tange à queda de arrecadação em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ocorrida em maio, a Dra. Gilsa e a Sra. Maria Arlete explicitam que a diminuição se deve principalmente à controvérsia existente pela liberação da cota de ressarcimento de gratuidade, ainda em negociação com a Secretaria da Fazenda.

Mencionaram que houve uma tentativa de liberação de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais) em faturas com recursos do Tesouro, com a diferença de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) referente à manutenção de trens, e, que a empresa contratada, denominada G8, encontrava-se inscrita no CADIN, o que gerou o bloqueio do pagamento.

Assim, em maio, ocorreram imprevistos para arcar com os pagamentos. Houve entrada de R\$119.000,00 (cento e dezenove milhões) com R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) negativos, referentes às contas de abril.

Esclareceram que com a entrada de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões) de levantamento de depósito judicial decorrente de ganho da CPTM em ação referente à cobrança indevida de IPTU por Município, as contas se estabilizarão.

Quanto à partição da receita do BU, a Dra. Gilsa declara que o Metrô oferecia valor a quem daquele pleiteado pela CPTM pra recompor as porcentagens de cada empresa CPTM/Metrô na clearing, considerando que o Metrô transportou menos passageiros do que a CPTM no período de pandemia. Esclareceu, ainda, que o Presidente da CPTM está evoluindo numa instância de diálogo com o Presidente do Metrô quanto ao assunto. O Metrô ofereceu 43,7%, mas até então não houve resposta da CPTM.

Com relação ao pagamento do PPR (Programa de Participação nos Resultados) 2020 e à instauração do estado de greve foi informado que a audiência se realizará em 26/05/2021. O Ministério Público do Trabalho sugeriu que ocorra o pagamento de junho, na data acordada, e que a parcela referente a março seja paga em janeiro de 2022. Dra. Gilsa disse que o Governo avaliará a proposta do MP.

Com relação ao PDI – Plano de Desligamento Incentivado, informou que os recursos virão da Secretaria da Fazenda.

Comentários e recomendações do CAE

O CAE elogiou o trabalho da equipe e sugeriu que se elabore um Relatório de acompanhamento (com fluxo de caixa, financeiro, comentários, dúvidas) em que constem o número pagantes na composição de gastos. O Comitê manifestou a necessidade de uma análise mais minuciosa, quanto ao transporte e os custos (70% ônibus, 15% Metrô, 12% trens). Entendeu importante a verificação do número de passageiros em cada modo nos últimos anos, para que se tenha uma visão geral de mobilidade, custo, receita.

O CAE recomendou que fossem expandidas as análises do BU com a exclusão do período atípico que abrange a pandemia. Entendeu, ainda, que é possível auferir a curva dos anos anteriores para que se consigam os dados, mesmo sem a prestação de informações da SPTrans.

O CAE solicitou, ainda, a disponibilização dos documentos que tratam da solicitação de alteração do percentual de partição do BU em relação ao Metrô. Tais documentos deverão ser disponibilizados em pasta específica – “Pendências pós Reunião” já abertas pela Secretaria do CAE. A Secretaria informou que o material já foi disponibilizado conforme segue:

- CT. P 008 – Metro
- CT. P 068 - Metro
- Nota Técnica – BU (minuta, ainda pendente de validação pela Diretoria da Companhia)
- OF 018_2020 - CPTM
- OF 027_2021 - CPTM
- OF 035_2020 - CPTM

3.2 – Demonstrações contábeis mensais

Convidados:

- - Ivone Feraz Anacleto - GFS
- - Juliana Stark – DRAU

Documentos apresentados:

- 2021-04_Explicação_Ctas Resultados_fina
- Fecham Contábil-abr 2021_CPTM
- Fecham Contábil-abr 2021_CPTM aberturas
- Honorários Advocatícios

A Sra. Ivone esclareceu que a Sra. Marli se encontrava em uma outra reunião desde às 13:30 horas, referente ao inventário das questões de concessões e por esta razão não se fez presente.

Fechamento Contábil abril de 2021

A Sra. Ivone informou que não há variação relevante no comparativo ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro. Destacou os seguintes itens: redução de receita líquida (DRE) com queda no transporte de passageiros 2020/2021 decorrente da pandemia de

COVID 19; déficit de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de abril a maio a Sra. Ivone que causará pressão orçamentária, com o esgotamento da capacidade de antecipação e necessidade de suplementação; .

Com relação aos tributos, a Sra. Ivone discorreu que em maio de 2020, já no período pandêmico o Governo Federal através de medida provisória antecipou o FGTS, e, as Prefeituras anteciparam o ISS.

Em 2021 a Medida Provisória veio em maio, desta forma a CGE- Contadoria Geral do Estado, mais adiante liberará os valores. O reflexo virá após julho/agosto. Os tributos serão cobrados sobre a receita no mesmo período, mas o recolhimento se dará adiante.

Com relação a provisão de tributos, ganho de causa e IPTU no início do ano a Sra. Ivone afirma que ocorreu em fevereiro de 2021, bem como que a questão do IPTU constituía um ativo, era um depósito judicial, não estava provisionado.

Questionada pelo CAE sobre a questão dos honorários sucumbenciais do advogado, .

a Sra. Ivone esclareceu que a CPTM criou uma norma implementadora, em que todos os honorários de sucumbência são depositados numa Associação, desde 2012 até os dias atuais. O CAE reiterou a solicitação do histórico dos honorários de sucumbência.

O histórico foi apresentado, conforme segue, explicando que, em 2018, os valores foram majorados dado o êxito numa causa de valor elevado contra 3 (três) empresas de segurança:

2012	R\$91.107,07
2020	R\$37.557,00
2021	R\$ 2.055,26
Total geral de 2012 a 2021	R\$1.423.435,26

Comentários e recomendações do CAE

O CAE destacou que honorários de sucumbência e depósitos judiciais são pontos relevantes para controles, e solicita que a Auditoria Interna avalie contingências, honorários de sucumbência e depósitos judiciais.

3.3 – DRAU

Convidados:

- Juliana Stark

Documentos disponibilizados:

- CPTM Controles Internos Compras 2020 (assinado)
- CPTM Controles Internos RH 2020 (assinado)
- CPTM Controles Internos TI - EXTRATO
- DRAU - Atividades até 12-05-2021
- DRAU - REL58921 - Contratos energia alta e média tensão
- DRAU - REL59021 - Contrato de operação de subestações
- DRAU - REL59121 - Quebra de caixa

O CAE questionou se há prescrição legal e/ou normativo interno que demande aprovação do PAINT pelo Comitê e/ou pelo Conselho de Administração. A Sra. Juliana fez uma exposição informando que:

- Segundo a Lei 13.303/2016 o CAE supervisiona e monitora e a Auditoria está subordinada ao Conselho.
- Na CPTM a necessidade de aprovação do PAINT é do Conselho de Administração conforme referencial técnico da CGU, mas o CA solicita a manifestação do CAE;
- O Conselho aprova decisões de segurança na lei, segundo orientações do PAINT/RAINT;

Em relação aos Relatórios emitidos pela auditoria, o CAE solicitou esclarecimentos sobre as partes relacionadas, em a PRODESP, CBTC – cambio, e inservíveis.

A sra. Juliana esclareceu, com relação aos inservíveis, que há trabalho programado quanto aos fluxos de processos e itens de seleção.

Com relação ao Contrato do CBTC – Câmbio, fo CAE questionou se houve análise da Auditoria Interna e Externa na conta “entidades estrangeiras” - dois grandes contratos celebrados com entidades estrangeiras, Siemens e Infoglobal.

A Sra. Juliana esclarece que por se tratarem de contratos antigos, de 2010/12 será feita diligência para apuração e comprovação do cumprimento da prestação de serviços. Se compromete a incluir o assunto, caso já não esteja contemplado nos trabalhos regulares já programados da Auditoria.

Sobre partes relacionadas, a Sra. Juliana informou que o contrato da PRODESP está incluído na matriz de planejamento dos trabalhos da Auditoria. A operacionalização seguirá uma norma padrão nas auditorias programadas, e o contrato será incluído nas características de partes relacionadas.

O CAE questiona, quem/qual departamento ou setor pode levantar as pessoas envolvidas em uma contratação e indaga quem monitora os atores nos processos contratuais. A Sra. Juliana esclarece o fluxo de partes relacionadas ainda deverá ser definido em norma interna da Companhia.

Informou, ainda, que a monitoração para fins de demonstração contábil é executada pela Sra. Marli

O CAE indagou sobre a responsabilidade em relação aos pontos de controle, em especial quem responde à Auditoria interna e Externa sobre deficiências apontadas e qual o papel da GRI no processo.

Juliana explicou que há discussão com a área auditada, um relatório é enviado a Diretoria responsável (planos de ação e atendimento) e há um relatório interno com o plano de ação na GRI. Disse, ainda, que o controle interno e a conformidade se retroalimentam e que a GRI tem conhecimento do relatório e plano de ação, mas o monitoramento é feito pela Auditoria.

Comentários e recomendações do CAE

O Comitê teceu elogios ao trabalho da Sra. Juliana, mencionando seu comprometimento, diligência e proatividade. Manifesta, no entanto, preocupação de que

a Auditoria interna não assuma responsabilidades que devem ser repartidas com outras áreas, em especial, a GRI, responsável por riscos, controles internos e compliance. O CAE alertou que a área de GRI deveria participar mais efetivamente ratificando que mais pontos de acompanhamento gerarão benefícios à CPTM. Reiterou, nesse sentido, a necessidade de melhoria na atuação da GRI no que diz respeito ao compliance e aos controles internos. É preciso assegurar que a GRI observe, entre outros aspectos, os pontos indicados pelas auditoria interna e externa, discutam planos de ação com as áreas responsáveis, acompanhe sua execução e reveja, se necessário, os controles e medidas mitigatórias.

O CAE solicitou esclarecimentos em próxima reunião sobre as atribuições de cada área para evitar sobreposição e assegurar eficiência nos controles, compliance e riscos. Reitera ainda, a necessidade de definição explícita das atribuições de cada área.

Sobre partes relacionadas o CAE reiterou que a CPTM tem que estabelecer um fluxo claro de análise, incluindo a verificação dos contratantes e os impactos para a Companhia. e solicitou maior agilidade na elaboração de políticas e regimentos internos.

4 - Pendências:

PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Expansão das análises do BU – 10 anos	Diretoria Administrativa e Financeira – GFF - Maria Arlete Vieira da Costa
Avaliação das contingências, honorários de sucumbência e depósitos judiciais	Auditoria Interna – Juliana Stark
Atualização dos pontos de RH e TI	Auditoria Interna – Juliana Stark

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

SILVERIO CRESTANA
Membro

CAROLINA VILELA SANTORO DE
CASTRO VIANNA JACOB
Secretária